

# VALORES E CRISE DA REPRESENTAÇÃO NA AMÉRICA LATINA: PODEMOS ANTEVER UM PERSONALISMO POLÍTICO?

Joscimar Souza SILVA<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este trabalho revisita o debate sobre personalismo, atualizando-o para o contexto contemporâneo de crise da representação na América Latina a partir da segunda década dos anos 2000. A pergunta central de pesquisa é: quais as possibilidades de desenvolvimento do personalismo na América Latina? O tema justifica-se por trazer para o contexto latino-americano o debate sobre personalismo político crescente em países como Espanha, Itália, Alemanha, Reino Unido e Estados Unidos na presente década. Utilizando-se de dados de cultura e comportamento políticos como valores de tradicionalismo x auto-expressão, adesão à democracia, confiança interpessoal, confiança nos partidos e confiança na mídia e com um aporte teórico sobre populismo e personalismo, analisamos se há possibilidades de desenvolvimento de personalismos na América Latina. Os resultados reforçam trabalhos anteriores que apresentam que a cultura política e o comportamento político comum à grande parcela dos povos latino-americanos tendem à aceitação de figuras políticas de caráter populista, sendo o personalismo apenas uma de suas características componentes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Personalismo político. Cultura política. Comportamento político.

## Introdução

O personalismo político enquanto categoria analítica na ciência política foi pouco estudado como objeto próprio, mas foi densamente utilizado em diversos estudos teóricos e empíricos (LACLAU, 2006; FREIDENBERG,

<sup>1</sup> Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte – MG – Brasil. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. joscimar144@gmail.com.

2007; ASLANIDIS, 2015). A fim de evitar quaisquer interpretações dúbias, personalismo aqui é entendido enquanto a exaltação da *persona* – da pessoa, sua personalidade e atributos – para fins de liderança política (WEBER, 1982; PANEBIANCO, 1996).

Um dos campos de estudo no qual se recorre ao que compreendemos aqui como personalismo político são os estudos sobre populismo, a exemplo dos estudos de Freidenberg (2007), Aslanidis (2015) e Laclau (2006). Assim sendo, é importante, aqui, diferenciar populismo e o que é denominado personalismo. As características personalistas são apreendidas nos estudos sobre populismo como apenas uma de suas constituintes (FREIDENBERG, 2007) ou como expressões do discurso populista (ASLANIDIS, 2015). Para uma definição mais sintética, o foco do populismo está centrado no povo e sua relação; por outro lado, o foco do personalismo é a pessoa líder, aproximando daquilo que Weber (2015) define como dominação carismática, “[...] caracterizada em essência pela personificação das orientações de valores vinculadas à missão e pela relação de autoridade. A personificação se baseia em um processo psicológico de atribuição coletiva de faculdades extraordinárias [...]” (BACH, 2011, p. 57).

Discutir personalismo pode nos remeter aos estudos sociais desenvolvidos sobre as costumeiras relações sociais estabelecidas num meio predominantemente rural ou (HOLANDA, 1990; BACH, 2011) a democracia de público (MANIN, 1995). Entretanto, ainda que essas fontes nos auxiliem na compreensão do fenômeno, é necessário compreender o personalismo que perpassa um conjunto da literatura política de Maquiavel a Chantal Mouffe, sem que deixe de se representar teorias densas como a de Weber e as que se construíram sobre o populismo e o neopopulismo, em que tema do personalismo tornou-se central para analisar as democracias na nossa década (a partir dos anos 2011) (BACH, 2011; CASTELLS, 2018).

Diante disso, a questão que norteia este trabalho é: há valores de cultura política e aspectos da conjuntura de representação que possibilitam o desenvolvimento do personalismo na América Latina?

A delimitação empírica ao contexto da América Latina justifica-se especialmente por: a) aspectos de cultura política compartilhada numa teia de valores comuns quanto a tradicionalismo (CARBALLO, MORENO, 2013); b) uma democracia jovem e em processo de institucionalização em todos os seus países e; c) recepciona de uma maneira singular (ainda pouco estudada, e que, portanto, precisa ser mais bem compreendida) a relação com a representação e o próprio sentido da democracia.

As pesquisas que temos à disposição utilizam conjuntos diferentes de países. As análises mais amplas costumam generalizar os aspectos observados em alguns da amostra para toda a região, recomendando a necessária cautela, especialmente subsidiando a análise com dados de outros estudos. Nosso trabalho não se deterá à análise das especificidades de cada país, mas cabe citar que as pesquisas do *WVS* não utiliza todos os países latino-americanos pesquisados pelo Barômetro das Américas. Dessa forma, optou-se por situar os dados do *WVS* apenas para fins de desenvolvimento teórico, mas este não subsidia as análises empíricas do trabalho, desenvolvidas exclusivamente com dados do Barômetro das Américas do ano 2014 (LAPOP, 2014).

A questão levantada por este trabalho é relevante, considerando que há um intenso debate sobre a institucionalização da democracia na América Latina (KITSCHOLT *et al*, 2012; MAINWARING; PÉREZ-LIÑAN, 2013; TORCAL, 2015). Por outro lado, há uma discussão sobre como as percepções acerca da representação podem legitimar a democracia na América Latina (BAQUERO, 2000; RODRÍGUEZ, 2017). Há que se considerar ainda que as democracias latino-americanas podem ser afetadas – se não mais, ao menos de maneira distinta às democracias europeias e norte-americana – pelo fenômeno que Mair (2015) denominou como vazio da representação ou por transformações profundas nas possibilidades da democracia representativa (BAQUEIRO, 2010; MAIR, 2015; CHERESKY, 2015). Mair (2015) considera que o distanciamento da relação entre representantes e representados gerou uma crise de representação que se torna a cada dia mais aguda pelas novas configurações da política, como o discurso anti-política, a mudança na estruturação dos partidos políticos que passaram de partidos ideológicos a partidos cartéis e a descrença cada vez mais aguda dos cidadãos quanto às instituições políticas e quanto à representação política.

Para discutir sobre o personalismo no atual contexto latino-americano, este artigo perpassa diversos autores da teoria política (CHERESKY, 2015; DOWNS, 2013; INGLEHART; WELZEL, 2009; MAIR, 2015; MANIN, 1995; WEBER, 1982), dando destaque aos autores que projetam a relevância da figura pessoal do líder político como o produtor da política (WEBER, 1982, MANIN, 1995) e ao debate sobre a crise de representação (CHERESKY, 2015; MAIR, 2015, CASTELLS, 2018). Discute-se o papel da cultura política e seus valores, a figura do personalismo na crise de representação e a possibilidade de cultura pró-personalismo na América Latina. Por fim, são apresentadas algumas considerações acerca da figura do personalismo e a compreensão do seu papel na América Latina, bem como indicado algumas necessidades de aprimoramento dos estudos sobre personalismo.

O presente trabalho é de caráter descritivo, buscando contribuir com os estudos sobre personalismo político, relevante para o contexto atual onde o personalismo se tornou marca central da representação política em detrimento do papel dos partidos políticos (CASTELLS, 2018; MAIR, 2015), mas que ainda carece de novos estudos empíricos, especialmente para o contexto latino-americano (CHERESKY, 2015).

Para compreender quais valores de cultura política e aspectos da conjuntura de representação que possibilitam o desenvolvimento do personalismo na América Latina, o artigo estruturou-se por meio de uma revisão de literatura e dados empíricos sobre o tema, valorizando-se, para a teoria, as produções das duas últimas décadas<sup>2</sup> e, para os dados, empíricos a versão mais recente disponível no período de elaboração do artigo (novembro de 2017). Os dados empíricos utilizados são provenientes do *WVS* (2015) e do Barômetro das Américas (LAPOP, 2014). Os dados do *WVS* (Mapa Cultural do Mundo, 2015) são utilizados apenas para a reflexão teórica, enquanto dados do Barômetro das Américas (LAPOP, 2014) são utilizadas em todas as análises aqui empreendidas.

## **O personalismo enquanto categoria conceitual em teoria política**

De maneira direta ou indireta, o personalismo sempre permeia a teoria e filosofia políticas. A associação cultural das sociedades tribais entre o poder político e o poder religioso parece ainda presente sob outras interpretações nos mais modernos pensadores (BACH, 2011). O que leva Maquiavel a depositar tamanha confiança na *virtu* do príncipe? Que graus de sabedoria e nobreza fariam do rei-filósofo platônico aquele que poderia do alto das suas capacidades inteligíveis decidir monárquica, sabiamente e de maneira justa? Qual medo do “enjaulamento” burocrático coloca Weber em posição de reconhecer o carisma do líder retroalimentando a democracia?

Podemos citar também pensadores como Confúcio (551-479 a. C.), Kautilya (350-275 a. C), Al-Farabi (870-950), Jean Bodin (1529-1596), Thomas Paine (1737-1826), José Maria Luis Mora (1780-1850) e Carl Schmitt (1888-1985)<sup>3</sup> que apresentavam a importância da figura pessoal do líder para o exercício da política (KELLY *et al*, 2013). O que leva esses pensadores, em diferentes

---

<sup>2</sup> Este artigo foi fortemente influenciado por leituras, reflexões e debates desenvolvidos durante a disciplina “Crise de Representação: novos padrões de comportamento político-partidário na América Latina e Europa”, ministrada pela Professora Helcimara de Souza Telles no Programa de Pós-graduação em Ciência Política da UFMG, a quem agradeço pelos comentários e sugestões feitas para a elaboração deste trabalho. Todas as lacunas e falhas aqui são de minha inteira responsabilidade.

<sup>3</sup> Levantamento feito com base em Kelly *et al* (2013).

momentos históricos, a darem centralidade à figura do líder (homem) político constituindo sobre este certa “aura”, em detrimento da racionalidade – no caso dos modernos – das instituições e do sistema político?<sup>4</sup>.

Para chegar a uma definição de personalismo na contemporaneidade, cruzamos três tipologias de modelos políticos (democracia liberal, populismo e personalismo), com três elementos constitutivos (Estado, povo e líder), atribuindo valências positivas (+), negativas (-) ou neutras (\*), à presença de cada elemento constitutivo para cada modelo político. A tentativa aqui é de diferenciar esses três modelos, para clarificar uma definição de personalismo. A classificação foi elaborada com base em Dahl (2012), Freidenberg (2007), Weber (2015) e Manin (1995) e está demonstrada na tabela 1.

**Tabela 1** – Categorização de valências dos sentidos de Estado, Povo e Líder em três tipologias de modelos políticos

Elementos constitutivos	Tipologia de modelos políticos		
	Democracia liberal	Populismo	Personalismo
Estado	*	*	-
Povo	-	+	-
Líder	*	+	+

**Fonte:** Elaboração própria, com base em Dahl (2012), Freidenberg (2007), Weber (2015) e Manin (1995).

Nas democracias liberais, o elemento Estado tem uma valência neutra ou em disputa (\*). Ainda que detentor de soberania quanto ao seu território e perante outros Estados, não cabe a ele capacidades autoritárias perante o povo, portanto tem um poder que pode ser questionado, e mutuamente controlado (*checks-and-balances*), descentralizado, e pelo qual elites políticas plurais competem pelo poder.

Nesse contexto de democracia liberal, ao povo cabe a escolha de seus líderes, podendo também demandar perante o Estado não somente nos períodos eleitorais, mas conformando pautas governamentais. Ainda que numa perspectiva de democracia pluralista (DAHL, 2012), o povo não assume uma centralidade no fazer político, ainda que não precise abrir mão dessa atuação, a centralidade da decisão permanece na liderança, selecionada via processo eleitoral

<sup>4</sup> Um exemplo emblemático desse caso é Weber, que mesmo compreendendo o processo tendencial de ampliação da racionalidade nos processos estatais, reconhece que os líderes carismáticos continuarão a existir, e ainda parece suspirar aliviado com as contribuições que esses líderes carismáticos podem dar à democracia.

(DAHL, 2012; DOWNS, 2013). Assim, a categoria povo, assume uma valência negativa (-).

Na democracia liberal, a figura do líder possui um papel ambivalente ou neutro (\*). Neste contexto, o papel do líder está atrelado ao papel do grupo político do qual faz parte. Na democracia de partidos, a centralidade do poder temporário de governo está atrelada à construção da relação com os cidadãos por meio de partidos políticos (MANIN, 1995). Dessa forma, o líder do governo é uma representação figurativa de um plano de governo desenvolvido pelo ou pelos partidos que conquistaram o poder.

Nos modelos políticos classificados como populistas, apresenta-se um Estado que divide espaço com a liderança, às vezes predominando sobre o próprio Estado. Por outro lado, no populismo também se atribui poder ao povo, ao menos de maneira plebiscitária. Neste sentido, os “governos populistas” – e aqui se faz importante frisar que falamos de governos e não de Estados populistas ou de um sistema político populista – crescem apropriando-se de espaços das instituições do Estado, deixando este com uma valência neutra (\*), pois se a valência do Estado for fraca, sobra espaço para o povo adentrar (ou sobrepor) a ele, e se for forte, obnubila a figura do líder.

No populismo, é subjacente a destacada figura do líder, portanto assumindo essa uma valência positiva (+). Segundo Freidenberg (2007), o estilo de fazer política dos líderes clássicos caracteriza-se por forte dose de carisma e alta dose de personalismo, bem como a ausência de instituições mediadoras. Esses elementos característicos do populismo clássico perpetuam-se nos populismos contemporâneos, diferenciando nos itens citados apenas “*el grado de rechazo al carácter mediador de la relación líder-seguidor*” (FREIDENBERG, 2007, p. 248). Nessa conjuntura, o sentido de povo, de Estado e de líder tenta dissociar o populismo da democracia, ou classificá-lo como ideologia ou discurso. Mas, como situa Aslanidis (2015), o populismo está para além desses campos limítrofes, ainda que eles ajudem-nos a compreender o fenômeno.

Na terceira tipologia política, o personalismo, percebemos uma valência negativa (-) atribuída ao Estado, uma valência negativa (-) atribuída ao povo e uma valência positiva atribuída ao líder (+). Segundo Weber (1982, p. 287), “o carisma puro não conhece outra ‘legitimidade’ a não ser a advinda da força pessoal”. Nesse contexto, é provável que a análise weberiana do carisma estendesse-se mais para uma tipologia política personalista que necessariamente uma tipologia política populista como comumente apropriada para entender os contextos políticos na América Latina.

Aproximando-se dessa concepção weberiana, Manin afirma que nas democracias de público, cada vez mais os eleitores tendem a votar em uma pessoa, e não em um partido, e assevera ser este um dos fatores que influenciam o desenvolvimento de uma crise de representação (MANIN, 1995).

## **A crise de representação e os incentivos para uma política personalista**

No debate contemporâneo sobre a representação política, é inevitável falar sobre suas transformações, seus riscos e desafios, especialmente ante ao anunciado por Manin (1995) quanto à migração de uma democracia dos partidos para uma democracia de público. Numa perspectiva mais institucional, Mair (2015) apresenta algumas questões sobre a relação entre o enfraquecimento dos partidos e das demais instituições da representação, que podem impactar a democracia, incluindo a possibilidade de sua continuidade.

Menos pessimistas, Cheresky (2015) e Castells (2018), por adotar uma perspectiva teórico-conceitual mais ampla de democracia, não são tão fatalistas. Segundo os autores, as transformações na democracia de partidos podem levar a um novo formato de democracia. Essas perspectivas aproximam-se de Manin (1995), ao afirmar uma resposta não limitadora aos potenciais de metamorfose da democracia. Assim, Cheresky (2015) e Castells (2018) apresentam suas análises considerando a emergência do que Manin (1995) denominou como uma democracia de público. Cheresky (2015) e Castells (2018), reconhecendo essas transformações na democracia contemporânea, porém situado para além do institucionalismo estrito, acrescentam que esse ambiente de transformações e crise das instituições representativas é o espaço ideal para o surgimento de novas formas de liderança mais personalistas, capitalizando vínculos de representatividade a partir da desconfiança política, mesmo sem se definir como modelo alternativo. Assim sendo, cada vez mais, mesmo em demandas democráticas, a atuação cidadã foge dos caminhos institucionais, exibindo espontaneidade e explicitando autorrepresentação (CHERESKY, 2015).

Numa perspectiva diferente, Mair (2015) fundamentando sua análise nos partidos, na negação da política até mesmo pelos políticos, na redução do papel da política institucional (da política com P maiúsculo para a política com p minúsculo), na desafeição expressa na opinião dos cidadãos e na cultura partidária anti-democrática, afirma a existência do vazio de representação, mais do que um vazio da democracia representativa, considerando que a descrença na política ultrapassa as instituições formais do Estado, mas perpassa também a construção da cultura política, legitimadora da experiência democrática. Dois pontos são

essenciais na análise empreendida por Mair (2015): a) o enfraquecimento da atração e apoio dos cidadãos aos partidos; b) os partidos não proporcionam mais ser a plataforma necessária aos líderes políticos. Nesse contexto, os cidadãos recuam à vida privada e a formas de representação mais dinâmicas, saída que Cheresky (2015) aponta como tendencialmente ao personalismo.

## **O personalismo e a cultura política na América Latina**

Alguns autores têm apontado vinculações entre os a alteração de valores e o desenvolvimento do personalismo para as democracias mais consolidadas da Europa e da América do Norte (CASTELLS, 2018; MAIR, 2015; TORCAL; MONTEIRO; GUNTHER, 2003). Além disso, têm questionado quanto à possibilidade da ocorrência do mesmo fenômeno na América Latina, a partir da transformação dos valores que embasam a cultura e as práticas políticas, dentre elas a aceitação da democracia liberal enquanto modelo político (CHERESKY, 2015).

Na principal pesquisa de opinião pública atualmente existente, a *WVS* a América Latina aparece assemelhada aos seus países colonizadores quanto à tradição católica romana, bem como alguns valores atinentes a essa tradição (CARBALLO; MORENO, 2013). Como os dados apresentados por Carballo e Moreno (2013) estão desatualizados, apresenta-se aqui o mapa cultural do mundo do ano 2015, versão mais atualizada com dados do *WVS*.

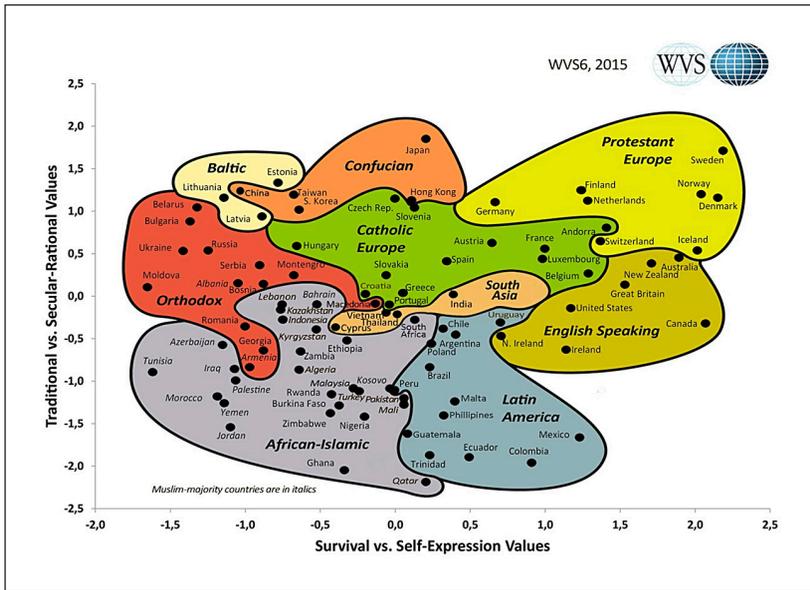
Nos dados mais atuais<sup>5</sup>, referentes ao ano de 2015 (Ver figura 1), percebemos pouca mudança nas escalas de valores tradicionais x valores seculares e valores de sobrevivência x autoexpressão. Os resultados repetem uma continuidade histórica verificada desde os anos 1990 (CARBALLO; MORENO, 2013). Além do traço de continuidade cultural que ajuda a identificar valores comuns à sociedade latino-americana, isso nos ajuda a interpretar as possibilidades da democracia diante dessa cultura política.

Segundo Inglehart e Welzel (2009) a mudança de valores pode significar uma maior ou menor adesão às práticas democráticas. Quanto aos valores de autoexpressão, os autores assinalam que estes podem se relacionar com medidas de desenvolvimento socioeconômico e com instituições democráticas (INGLEHART; WELZEL, 2009). Por outro lado, os valores tradicionais ou seculares podem apresentar-se como correlacionados à baixa modernização socioeconômica, mas também a valores como tolerância e aceitação da diferença numa

<sup>5</sup> Os dados mais atualizados do *Live Cultural Map* do *World Values Survey*, são referentes ao ano de 2015. O *Live Cultural Map* contempla dados longitudinais de 1981 a 2015.

escala entre conservadorismo moral e secularização dos valores (INGLEHART; WELZEL, 2009).

**Figura 1** – Mapa cultural do mundo no ano de 2015



Fonte: World Values Survey (2015).

Nesse contexto, conforme figura 1, a América Latina apresenta predominância de valores tradicionais quanto aos valores morais, apontada como reflexo da alta tradição religiosa (CARBALLO; MORENO, 2013) e com desenvolvimento médio dos valores de autoexpressão, que estão relacionados à sua condição de baixo desenvolvimento econômico (INGLEHART; WELZEL, 2009). Nesse quadro, a América Latina pode não representar um espaço aberto para o desenvolvimento de valores pós-materialistas, a exemplo das sociedades de economia avançada e de longa tradição democrática, portanto não propensa ao desenvolvimento de novas expressões individualistas e da antipolítica como aqueles que alimentam os partidos insurgentes na Europa Católica, na Europa Protestante e nos países de língua inglesa<sup>6</sup>.

A teoria demonstra que a democracia institucional, em especial a democracia de partidos na América Latina, apresenta-se permanentemente em uma

<sup>6</sup> Existem estudos que contemplam diversos países, sendo casos mais citados Espanha, Itália, Reino Unido, França, Alemanha e Estados Unidos (MAIR, 2015; CASTELLS, 2018).

crise de representação (BAQUERO, 2010), talvez por não ter experimentado a consolidação de uma democracia de partidos, nos termos de Manin (1995), mantendo-se uma democracia longitudinalmente (nos curtos períodos democráticos) equilibrada em seu sistema de partidos, mas com baixa adesão (TORCAL, 2015). Por outro lado, um conjunto de valores tradicionais ainda perpassam as experiências democráticas latino-americanas (CARBALLO; MORENO, 2013).

Nos estudos sobre a América Latina, as análises sobre o personalismo político aparecem corriqueiramente nos estudos sobre o populismo e o neopopulismo. Nosso próximo passo é problematizar o debate sobre o populismo na América Latina e identificar traços personalistas na região. Esse momento de crise até mesmo nas velhas democracias parece ser propício a olhar a América Latina – seguindo o que tem sido feito nas últimas décadas – não mais como um *locus* de subdesenvolvimento da política democrática, mas como um *locus* de análise para esse processo em curso de transformação na representação (CHERESKY, 2015).

A crise da representatividade<sup>7</sup>, a expansão dos *Alt-Rights*, o fluxo migratório contemporâneo e uma desestabilização das instituições representativas têm desafiado democracias do mundo todo, a exemplo do desafio já percebido no contexto italiano pós-operação mãos limpas, em que já se invocava o discurso da antipolítica (PANEBIANCO, 1996); no contexto espanhol de aumento da desconfiança política pós-casos de corrupção (LAPUENTE, 2016), a ampliação dos discursos radicais nos partidos insurgentes europeus (MUDDE, 2007) e da extrema direita (NORRIS, 2005), que também chegam ao contexto brasileiro (SILVA, 2017; SILVA, 2018).

A descrença nas instituições representativas amplia o espaço para o surgimento da antipolítica e do personalismo, e a construção de discursos autoritários tem ganhado espaço, mesclando populismo e autoritarismo de direita (MUDDE, 2007). Mas, para além disso, há outro aspecto a ser analisado: o aumento do sentimento antipartidário que expressa um abuso do discurso e que frustra expectativas democráticas dos cidadãos (TORCAL; MONTEIRO, GUNTHER, 2003).

Enquanto num primeiro momento de transformação dos partidos, estes migraram de partidos de quadros ou partidos de massas para partidos *catch-all* (KIRCHHEIMER, 2012). Em uma segunda onda de transformação, a litera-

<sup>7</sup> Referimos aqui à crise da representatividade como as mudanças que têm ocorrido atualmente de descrença nos contextos eleitorais, governamentais, nas instituições religiosas, nas instituições do Estado, na democracia e mesmo nas formas mais orgânicas de representação que eram símbolos de sentimentos de pertencimento como a nação, os sindicatos, os movimentos sociais, os grupos religiosos, etc. Nesse contexto, mais que uma crise da representação política, referimo-nos a uma crise do “sentir-se representado”, e essa crise interfere diretamente na legitimidade da representação política e das instituições democráticas.

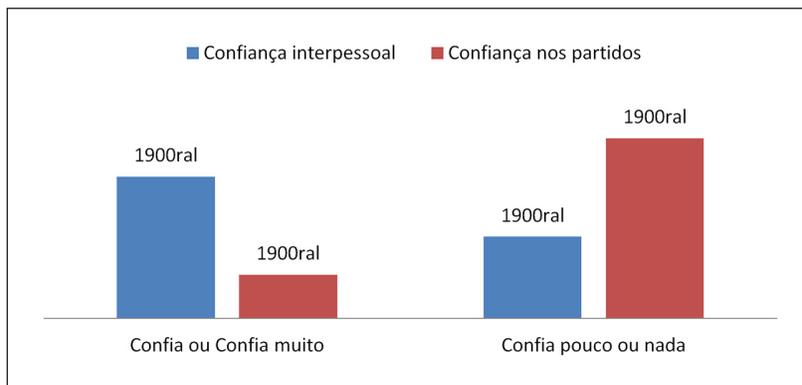
tura relata a transformação em partidos cartéis (AUCANTE; DÉZÉ, 2008). Na perspectiva de Kirchheimer (2012), a característica *catch-all* de um partido político define-se quando o partido flexibiliza seus posicionamentos ideológicos, ou mesmo altera seus discursos a fim de alcançar determinadas parcelas do público votante e conseqüente aumento do eleitorado, com intenções de resultados positivos nas eleições (KIRCHHEIMER, 2012). Por outro lado, Katz e Mair (*apud* AUCANTE, DÉZÉ, 2008) definem o partido cartel como aquele que se desloca da sociedade civil e passa a ser dependente do Estado, com acesso aos canais de comunicação e demais benesses do Estado, distanciando-se de uma concepção de povo.

Contudo, Kirchheimer (2012) e Aucante e Dezé (2008) estão trabalhando com uma contextualização das democracias ocidentais avançadas. Essas democracias tiveram consolidadas experiências do que Manin (1995) denominou de democracia de partidos. Por outro lado, tais reflexões sobre as mudanças nos sistemas partidários e de enfraquecimento dos partidos, sendo estes o principal vínculo do processo de representação nas democracias contemporâneas, pode assumir-se em contextos em que tais partidos apresentam frágil consolidação (BAQUEIRO, 2010), baixa legitimidade (TORCAL, 2015) em uma cultura política de predominância personalista (CARBALLO; MORENO, 2013), e com fortes experiências populistas (FREIDENBERG, 2007), num contexto de volta de expressão de discursos autoritários (CRUZ; KAYSEL; CODAS, 2015).

A crise da representação pode atingir seu ápice, resultando no fim dos sistemas partidários e conseqüentemente o fim do sistema de democracia representativa, segundo Mair (2015), ou ainda abrir caminhos para uma metamorfose na democracia representativa dando espaço à participação e deliberação, influenciado especialmente pela difusão e apropriação da internet enquanto plataforma política democrática (CHERESKY, 2015; CASTELLS, 2018). Não buscamos aqui fazer uma prospecção sobre o futuro da democracia na América Latina, mas discutir se, no presente, há possibilidade de um personalismo político que negue a política e as instituições representativas alterando a forma da democracia na América Latina.

Nossa questão recoloca-se: há valores de cultura política e aspectos da conjuntura de representação que contribuem para a constituição do personalismo na América Latina? O primeiro passo de nossa análise foi identificar os níveis de confiança interpessoal na América Latina. Altos níveis de confiança interpessoal são identificadores de uma cultura política pró-democrática, podendo conferir às sociedades mais igualitárias expressão de condições menos hierárquicas (INGLEHART; WELZEL, 2009). Porém esse não é o caso latino-americano.

**Figura 2** – Confiança interpessoal *versus* confiança nos partidos



Fonte: LAPOP (2014).

Apesar de uma significativa confiança interpessoal (conforme figura 2), a América Latina apresenta-se como uma sociedade socioeconomicamente desigual. Outro fator associado à confiança interpessoal seria a confiança nas instituições. Nesse contexto, Inglehart e Welzel (2009) apontam que a confiança institucional tende a decair conforme um conjunto de valores, não hierarquicamente organizados.

A Figura 2 apresenta um cruzamento, comparando confiança interpessoal *versus* confiança nos partidos políticos. Para melhor clarificar a comparação entre confiança interpessoal e confiança nos partidos políticos, classificamos os resultados dessas medidas em dois grupos (confia muito ou confia e confia pouco ou nada). Nos dados originais, a confiança interpessoal era mensurada em “muito confiável”, “confiável”, “pouco confiável” ou “nada confiável”. A categoria confiança nos partidos políticos estava estruturada em notas de confiança de 1 a 7, em que 1 era “nada confiável” e 7 “muito confiável”. Para essa classificação dicotômica, adotamos de 1 a 3 para a categoria “confia pouco ou nada”, e de 4 a 7 para a categoria “confia ou confia muito”.

Percebe-se que existe uma substantiva confiança interpessoal (63,4%) enquanto há uma altíssima desconfiança nos partidos (80,52%). Contudo, conforme assinalam resultados de pesquisas longitudinais, a desconfiança nos partidos, bem como nas instituições democráticas na América Latina, não está associada a um fenômeno recente, mas perpassa os seus períodos democráticos (MOISÉS, 2008). E, apesar de uma baixa confiança institucional (Figura 2), a América Latina ainda apresenta uma cultura de valores tradicionais em detrimento de valores secularizados (Figura 1).

Uma questão central a ser considerada é que essa desconfiança institucional está atrelada a uma ambivalente adesão à democracia ou a regimes autoritários, conforme aponta Moisés (2008). Ao comparar o contexto brasileiro com o dos demais países latino-americanos, o autor aponta que há um espaço na cultura política para o desenvolvimento de lideranças fortes, seja isso refletido no retorno dos militares ou no apoio a lideranças carismáticas (MOISÉS, 2008).

Segundo Torcal, Monteiro e Gunther (2003), ao analisar os sentimentos antipartidários no sul da Europa, os cidadãos menos interessados em política tendem a ser mais predispostos a manifestar o antipartidarismo. Os autores também afirmam que a insatisfação implica em desejo de mudança, e que esses sentimentos antipartidários podem ser tão fortes quanto a intensidade do desejo de mudança.

O antipartidarismo e até mesmo o sentimento de anti-política é influenciado dentre outros fatores pela percepção da corrupção (LAPUENTE, 2016). No contexto latino-americano, a percepção cidadã da corrupção é extremamente alta, quando comparada a outras democracias ao redor do mundo. Dentre os países da América Latina, apenas Chile e Uruguai apresentam uma percepção baixa da corrupção. Em países como Argentina, Brasil, Colômbia, México e Paraguai, a percepção da corrupção é alta, ampliando assim o descrédito nas instituições democráticas. Esse dado de percepção da corrupção, ainda que um dado simples, pode alimentar efeitos perversos quando atrelados a outros elementos da crise da representação. A percepção da corrupção pode elevar o descontentamento com a democracia (LAPUENTE, 2016).

Os dados do Barômetro das Américas (LAPOP, 2014) apresenta-nos a relação entre a satisfação com a democracia *versus* percepção da corrupção em funcionários públicos. Os dados apresentam uma relação fraca estatisticamente (0.1182), mas tendencialmente significativa quanto a uma maior insatisfação com a democracia quanto maior o grau de percepção de corrupção de funcionários públicos. O contexto de percepção da corrupção, caso se amplie e mantenha essa tendência de significância estatística, pode, conforme estudos empíricos realizados em outros contextos, ampliar a descrença na democracia e nos procedimentos democráticos (LAPUENTE, 2016), ou ainda abrir espaços para a anti-política ou para a ascensão de líderes autoritários (PANEBIANCO, 1996).

No contexto latino-americano, não temos um apoio massivo aos líderes autoritários, ainda que esse valor seja mais alto que em outras regiões do globo, como na Europa e na América do Norte. Segundo dados de 2014 do Barômetro das Américas, 28.32% apoiam a existência de regimes autoritários e 71.68% apoiam a participação de todos nos processos de decisão governamentais. O dado

que tem mobilizado debates sobre a cultura política latino-americana concentra-se na quantidade de ambivalentes (aqueles para os quais é indiferente um regime democrático ou autoritário) (MOISÉS, 2008), que, conforme dados de 2014, aproximam-se de 28,22%.

Esse fenômeno torna-se ainda mais preocupante quando verificada a instabilidade da satisfação com a democracia. No ano 2014, apenas 4,53% declaravam-se muito satisfeitos com a democracia, 51,68% declaravam-se satisfeitos; 36,17% declaravam-se insatisfeitos, e 7,62% declaravam-se muito insatisfeitos. Agregando esses dados em duas categorias, temos que 56,21% declaram-se satisfeitos ou muito satisfeitos com a democracia, enquanto 43,79% declaram-se insatisfeitos ou muito insatisfeitos com a democracia.

Um ponto que cabe ser questionado é se a satisfação ou a insatisfação com a democracia pode dar apoio a uma líder autoritário de caráter personalista. Os dados apontam fraca relação entre aprovação ou desaprovação à democracia em relação à opção por governos democráticos e autoritários. Nessa análise, a relação entre as duas variáveis é baixa (0,0295). Também não é demonstrável relação entre aprovação à democracia e percepção de corrupção entre os funcionários públicos. Por outro lado, o contexto de ambivalência na aprovação à democracia ou a um regime autoritário parece aumentar sua relação (ainda pouco significativa, mas quase triplicada sua significância) para 0,0751, quando há muita corrupção e um governo autoritário pode se instaurar como forma (ou discurso<sup>8</sup>) de combate à corrupção.

Outro ponto que pode acalantar os ambivalentes na aprovação à democracia ou à governos autoritários é a questão da segurança pública. Da mesma forma, ainda que não apresente significância estatística alta, há uma tendência maior, em dados gerais à aprovação de um Golpe de Estado em detrimento da manutenção da democracia em contextos de aumento da percepção da violência. A relação entre as duas variáveis chega a 0,0752.

Isto posto, cabe retomar a nossa pergunta e tentar sintetizar a nossa resposta parcial a ela. Considerando, por um lado, os dados demonstram que, apesar da ampla descrença nos partidos políticos, da alta percepção quase geral entre os países latino-americanos quanto à corrupção, há poucos indícios de que possa surgir uma liderança personalista na região.

---

<sup>8</sup> É importante salientar o papel do discurso na construção da “persona” do líder, seja em contextos de personalismo, ou mesmo em contextos de associação discursiva enaltecendo uma identidade de povo, como no caso do populismo. Para uma excelente análise da função do discurso no populismo ver “*Is populismo an Ideology? A refutation and a new perspective*” (ASLANIDIS, 2015) ou “*La razón populista*” (LACLAU, 2006).

Alguns fatores parecem obstruir as possibilidades do personalismo político na região: o grau de confiança interpessoal, que pode demonstrar alguma resistência à estrutura mais hierárquica, conforme demonstra a teoria (INGLEHART; WELZEL, 2009); o mediano desenvolvimento dos valores de autoexpressão que permanece ao longo dos anos (CARBALLO; MORENO, 2013) e ainda agregado aos valores tradicionais (LAPOP, 2014).

Além disso, para uma democracia de público, nos termos de Manin (1995), é necessário certo grau de confiança na mídia, que é significativo na América Latina. Numa escala de 1 (nada confiável) à 7 (muito confiável), a maior porcentagem concentra-se entre 3 a 5 quanto à confiança na mídia. Dicotomizando essa escala, podemos considerar que 67,82% confiam medianamente a muito na mídia, e 32,2% confiam pouco na mídia. Apesar dessa confiança, não é significativa estatisticamente a relação entre confiança na mídia e apoio a um líder autoritário.

Por outro lado, dentre todos os cruzamentos e análises de correlações realizadas, os maiores índices (ainda que sem forte significância estatística) estão concentrados quanto à existência de regimes autoritários, especialmente a Golpe de Estado. O conjunto de valores que permanecem na América Latina junto ao seu nível de apoio à democracia, ao mesmo tempo que compactua valores democráticos com possibilidades de exceções não democráticas, associa-se muito mais com potenciais retomadas populistas ou neopopulistas, do que por lideranças personalistas.

## Considerações finais

Conforme discutido ao longo do texto, as democracias contemporâneas passam por um agravamento da crise de representação e essa crise pode ter impactos mais profundos no contexto da América Latina, pois a maioria dos países latino-americanos tem democracias em fase de consolidação onde nunca se efetivou uma democracia de partidos, o que coloca as democracias latino-americanas em permanente contexto de crise da representação.

Os dados da *World Values Survey* e do Barômetro das Américas (LAPOP, 2014) demonstram que, na América Latina, apesar de uma crise de representação, ela aparenta não ter tendências ao desenvolvimento de um personalismo político que angarie os cenários eleitorais e constituam um novo modelo de democracia de público. No entanto, as estruturas dessa democracia de público podem contribuir, junto a outros fatores de cultura política (valores de autoexpressão e de tradicionalismo), para o levantar de novos governos autoritários

de caráter mais populista, que ainda mantenha uma certa força do Estado para manter vínculos fortes com um povo.

Essa conjuntura de cultura política expõe os riscos da crise de representação democrática na América Latina. Os dados analisados apontam que não há um risco de personalismo, a exemplo dos casos europeus estudados por Mair (2015) e Castells (2018). Contudo, há um significativo índice de pessoas ambivalentes quanto à preferência pela democracia ou pela ditadura desde que haja um contexto de crise econômica ou de aumento da percepção de violência. O que os dados demonstram é que o caminho alternativo aos latino-americanos é permeado pelo Estado, ainda que autoritário. A busca por soluções às crises econômicas ou de violência exacerbada podem vir de um Estado autoritário.

Assim, a América Latina não busca um líder personalista que negue e questione as estruturas do Estado, mas um líder com tendências mais populistas, patriarcais e que apresente uma convergência entre a sua figura pessoal e o Estado.

Essa reflexão ainda é exploratória de um conjunto pequeno de dados sobre valores de cultura política na América Latina, limitações dadas, dentre outros fatores, pela temporalidade da análise e pelos dados que temos disponíveis. Algumas variáveis específicas poderiam ser incluídas nesses *surveys* para facilitar a compreensão do papel do personalismo na construção dos valores populistas na América Latina, a exemplo de indicadores de avaliação de outras possibilidades de veios autoritários para além dos “golpes de Estado”, a exemplo de dados de crença na figura de lideranças carismáticas, do papel da internet na alteração da cultura política latino-americana, a influência na representação política dos novos movimentos sociais e mobilizações produzidas após a primeira árabe, que reverberou em formatos de algumas mobilizações também na América Latina.

Outras incursões podem ser realizadas para ampliar o debate sobre o tema do potencial de desenvolvimento do personalismo na América Latina. Sugiro aqui duas possibilidades latentes: a) análises longitudinais sobre as variáveis de adesão à democracia e valores de cultura política que corroboram ao personalismo e ao populismo, e b) estudos que incorporem o debate sobre o papel da internet na formação de novos representantes políticos na América Latina.

## **VALUES AND CRISIS OF REPRESENTATION IN LATIN AMERICA: CAN WE ANTECIPATE A POLITICAL PERSONALISM?**

**ABSTRACT:** *The paper revisits the debate on personalism, updating it to the contemporary context of representation crisis in Latin America from the second decade of the 2000s. The central question of research is: what are the possibilities for the development of personalism in Latin America? The theme is justified by bringing to the Latin American context the debate on growing political personalism in countries such as Spain, Italy, Germany, United Kingdom and the United States in the present decade. Using data on cultural culture and political behavior as values of traditionalism x self-expression, adherence to democracy, interpersonal trust, trust in parties and trust in the media and with a theoretical contribution on populism and personalism, we analyze whether there are possibilities for development of personalities in Latin America. The results reinforce previous works that show that the political culture and the political behavior common to the great part of the Latin American peoples tend to the acceptance of political figures of populist character, being the personalism only one of the characteristics components of this one.*

**KEYWORDS:** *Political personalism. Political culture. Political behavior.*

### **REFERÊNCIAS**

ASLANIDIS, P. Is populism an ideology? a refutation and a new perspective. **Political Studies**, Surrey, p.1-17, 2015.

AUCANTE, Y.; DÉZÉ, A. **Lés systèmes de partis dan les démocraties occidentales:** le modèle du parti-cartel en question. Paris: Science Po, 2008.

BACH, M. Carisma e racionalismo na sociologia de Max Weber. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 51-70, 2011.

BAQUERO, M. Populismo e neopopulismo na América Latina: o seu legado nos partidos e na cultura política. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, p.181-192, 2010.

BAQUERO, M. **A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000.

CARBALLO, M.; MORENO, A. **El cambio de valores en América Latina:** hallazgos e la encuesta mundial de valores. México, D.F.: Centro de Estudios Sociales y de Opinión Pública; Cámara de Diputados, 2013.

- CASTELLS, M. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- CHERESKY, I. **El nuevo rostro de la democracia**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2015.
- CRUZ, S. V.; KAYSEL, A.; CODAS, G. **Direita, volver!** o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.
- DAHL, R. **Poliarquia**. São Paulo: EDUSP, 2012.
- DOWNS, A. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: EDUSP, 2013.
- FREIDENBERG, F. **La tentación populista: una vía al poder en América Latina**. Madrid: Síntesis, 2007.
- HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1990.
- INGLEHART, R.; WELZEL, C. **Modernização, mudança cultural e democracia: a sequência do desenvolvimento humano**. São Paulo: Francis, 2009.
- KELLY, P. *et al.* **O livro da política: as grandes ideias de todos os tempos**. São Paulo: Globo, 2013.
- KIRCHHEIMER, O. A transformação dos sistemas partidários da Europa Ocidental. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, p.349-385, 2012.
- KITSCHOLT, H. *et al.* **Latin American party system**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.
- LACLAU, E. **La razón populista**. México: Fondo de Cultura Económica, 2006.
- LAPOP. **Barómetro das Américas**. Nashville: Lapop, 2014.
- LAPUENTE, V. **La corrupción en España: un paseo por el lado oscuro de la democracia y el gobierno**. Madrid: Alianza Editorial, 2016.
- MAINWARING, S.; PÉREZ-LIÑAN, A. **Democracia and dictatorship in Latin America: emergence, survival, and fall**. New York: Cambridge University Press, 2013.
- MAIR, P. **Gobernando el vacío: la banalización de la democracia occidental**. Madrid: Alianza, 2015.
- MANIN, B. As metamorfoses do governo representativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.10, n.29, p.5-34, 1995.

MOISÉS, J. Á. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.23, n.66, p.11-43, 2008.

MUDDE, C. **Populist radical right parties in Europe**. New York: Cambridge University Press, 2007.

NORRIS, P. **Radical right: voters and parties in the electoral market**. New York: Cambridge University Press, 2005.

PANEBIANCO, A. Evitar a política? **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v.2, n.35, p.51-57, 1996.

RODRÍGUEZ, L. R. **Percepciones y actores de la representación política en América Latina**. Barcelona: Huygens Editorial, 2017.

SILVA, J. S. Crise e junk news nas eleições presidenciais brasileiras 2018: um análise da primeira volta. **Más Poder Local**, [S.l.], n. 36, p. 17-19, Oct. 2018.

SILVA, T. M. Direita, voltar?! o declínio do conservadorismo no Brasil contemporâneo. **Revista Debates**, Porto Alegre, p.09-36, 2017.

TORCAL, M. **Sistema de partidos en América Latina: causas e consecuencias de su equilibrio instable**. Barcelona: Anthropos Editorial, 2015.

TORCAL, M.; MONTEIRO, J. R.; GUNTHER, R. Ciudadanos y partidos en el sur de Europa: los sentimientos antipartidistas. **Reis: Revista Española de Investigaciones Sociológicas**, Madrid, v.1, n.101, p.9-48, 2003.

WEBER, M. **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 2015.

WEBER, M. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

Recebido em 14 de julho de 2018

Aprovado em 22 de outubro de 2018